

Estratégia sueca de cooperação para o desenvolvimento regional com a América Latina 2021– 2025



1. Orientação estratégica

O objetivo da cooperação sueca para o desenvolvimento internacional é criar oportunidades para melhorar as condições de vida das pessoas que vivem em situação de pobreza e opressão. A cooperação sueca para o desenvolvimento baseia-se nos princípios da eficácia da ajuda e do desenvolvimento, na Agenda 2030, no Programa de Ação de Adis Abeba e no Acordo de Paris.

A estratégia é aplicável durante o período 2021-2025 e inclui um total de um bilhão de SEK (Coroas Suecas) para atividades implementadas pela Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Asdi). A estratégia rege a utilização dos fundos alocados sob a rubrica 7 'América Latina' da Carta de Instruções para a Execução Orçamental para a Asdi para cada ano de exercício financeiro.

As atividades contribuirão para os seguintes objetivos.

Direitos humanos, democracia, Estado de Direito e igualdade de gênero

- Reforço das condições em prol da democracia, de um maior respeito pelos direitos humanos e dos princípios de Estado de Direito.
- Reforço das condições para uma sociedade com igualdade de gênero e empoderamento econômico das mulheres.
- Maior acesso e respeito pela saúde e pelos direitos sexuais e reprodutivos.

Ambiente, clima e uso sustentável dos recursos naturais

- Melhores condições para o uso e a gestão sustentável dos recursos naturais transfronteiriços.
- Limitação dos impactos climáticos e reforço da resistência às alterações climáticas.
- Reforço das condições para a preservação e recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas e seus serviços.

Migração e desenvolvimento

- Reforço da capacidade para lidar com a migração de forma a salvaguardar os direitos dos refugiados, das pessoas deslocadas dentro das fronteiras do próprio país, e os direitos migrantes de forma a contribuir para o desenvolvimento internacional.
- Melhores oportunidades de emprego produtivo com condições de trabalho dignas, especialmente para migrantes, refugiados e pessoas deslocadas internamente.

2. Contexto regional

Desde o início do milênio foram alcançados progressos substanciais na América Latina, com a modernização das economias e a redução da pobreza. Embora haja grandes variações entre os países na região, existem muitos desafios comuns ou de caráter transfronteiriço. Instituições fracas e corrupção são fatores que contribuem para o baixo nível de confiança na democracia por parte dos cidadãos. O nível insuficiente de respeito pelos direitos humanos e pelos princípios do Estado de Direito constituem obstáculos ao desenvolvimento sustentável e equitativo. Em muitas partes da região, tem havido protestos reivindicando reformas, transparência e prestação de contas por parte dos cidadãos.

A sociedade civil e os movimentos sociais têm uma longa tradição na região e são fundamentais para a organização e a promoção de relacionadas com o direito em áreas tais como o ambiente, povos indígenas, pessoas LGBTI, mulheres, direitos sindicais, democracia e paz. Entretanto, a sociedade civil em alguns países observa o encolhimento do espaço para oportunidades de intervenção. Ameaças, ataques e homicídios frequentes cometidos contra defensores dos direitos humanos e ambientalistas caracterizam a região. A violência contra mulheres e meninas é generalizada. Nos últimos anos, houve um maior enfoque no usufruto dos direitos humanos das mulheres e no empoderamento econômico das mulheres. Paralelamente a isto, a resistência por parte de grupos conservadores à igualdade de gênero e à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos tem aumentado em muitas partes da região.

A América Latina concentra 60-70 % da biodiversidade do mundo, 30 % da água doce do mundo e alguns dos solos mais férteis do mundo. O desmatamento ocorre em um ritmo alarmante e as geleiras andinas estão

derretendo. A biodiversidade está diminuindo rapidamente. A região está vulnerável a catástrofes naturais. O nível de desigualdade é o mais elevado do mundo. Em muitas partes da região o acesso desigual à terra é um fator que contribui para a desigualdade e uma força motriz por trás dos conflitos. Os direitos à terra e aos recursos naturais constituem os maiores desafios à capacidade dos mais de 800 povos indígenas para exercerem os seus direitos.

As instituições regionais com mandato para promover a democracia e o respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito contribuíram para promover a estabilidade na América Latina. Ao mesmo tempo, a cooperação regional em outras questões transfronteiriças é insuficiente. Nos últimos anos, diferenças ideológicas tiveram um impacto negativo na cooperação regional. Desafios políticos, econômicos e sociais, bem como a violência, a falta de segurança humana, catástrofes naturais e conflitos sociais constituem fatores que contribuem para a América Latina viva a maior crise de refugiados e migração na história da região e para o grande número de pessoas deslocadas internamente na região. Muitos migrantes e pessoas vítimas de deslocação forçada não têm acesso aos direitos fundamentais.

3. Atividades

A Asdi elaborará, fará o acompanhamento e apresentará relatórios sobre as atividades de acordo com as diretivas do Governo para a cooperação sueca para o desenvolvimento e das estratégias de ajuda humanitária (UD2017/21053/IU). As diretivas preveem que as atividades têm de ser ativamente orientadas para atingir os objetivos e que o desempenho real tem de ser acompanhado com base nesses objetivos. O relatório anual da estratégia será abrangente e incluirá uma apresentação, análise e avaliação do desempenho das atividades em relação aos objetivos declarados. As informações sobre o desempenho serão usadas para a tomada de decisões, aprendizagem e prestação de contas e para assegurar a transparência ao público em geral. O acompanhamento produzirá informações fidedignas e úteis sobre o desempenho a curto e longo prazo com informações qualitativas ou quantitativas sempre que possível. O acompanhamento do desempenho irá essencialmente estabelecer se as atividades fizeram a diferença, como e para quem. Com base nas condições existentes, o seguimento determinará em que medida a cooperação para o desenvolvimento fez a diferença.

A cooperação sueca para o desenvolvimento contribuirá para o desenvolvimento sustentável com base na Agenda 2030, no financiamento

dos compromissos de desenvolvimento no Programa de Ação de Adis Abeba e no Acordo de Paris. A contribuição das atividades será especialmente relevante para os seguintes objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030: erradicar a pobreza (ODS 1), igualdade de gênero (ODS 5), trabalho digno e crescimento econômico (ODS 8), reduzir as desigualdades (ODS 10), produção e consumo e sustentáveis (ODS 12), ação climática (ODS 13), proteger a vida marinha (ODS 14), proteger a vida terrestre (ODS 15), paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16) e parcerias para implementação dos objetivos (ODS 17). Nos relatórios da estratégia para o Governo a Asdi clarificará de que forma as atividades contribuem para a implementação da Agenda 2030.

A cooperação para o desenvolvimento será implementada na América Latina e enfrentará os desafios transfronteiriços da região e os desafios que são comuns a muitos dos países da região. As atividades contribuirão para reforçar os atores regionais e as soluções regionais e para um reforço da cooperação regional.

As atividades contribuirão para um aumento da capacidade, cooperação e diálogo e melhoria das condições para a região reforçar a democracia e aumentar o respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de Direito em conformidade com quadros regionais e internacionais. Isto inclui apoio para melhorar as oportunidades para os cidadãos influenciarem os processos políticos, exigirem prestação de contas e verem os seus direitos humanos salvaguardados. As atividades contribuirão para a prestação de contas, uma maior transparência e redução dos níveis de corrupção.

Além disso, as atividades contribuirão para reforçar a cooperação regional para aumentar e reforçar a igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres. As atividades também contribuirão para aumentar a sensibilização, o acesso e o respeito pela saúde e pelos direitos sexuais e reprodutivos (SDSR) e reduzir a violência de gênero. Isto inclui apoio a defensores influentes da mudança, do trabalho normativo e do desenvolvimento de políticas.

As atividades contribuirão para aumentar a sensibilização para o ambiente e o clima e a sua importância para a redução da pobreza, igualdade de gênero e desenvolvimento econômico inclusivo. Isto também incluirá apoio à adaptação às alterações climáticas e à redução de emissões, i.e. à transição para energias renováveis. Será concedida prioridade à participação das mulheres, dos povos indígenas e dos afrodescendentes nos processos de

tomada de decisões relacionados com o ambiente, o clima e o uso sustentável dos recursos naturais. As atividades contribuirão para criar condições para a cooperação regional no uso e gestão de recursos naturais transfronteiriços, economia circular e reforço das condições para um uso mais sustentável da terra. Isto inclui apoio à conservação da diversidade biológica em conformidade com compromissos ligados às convenções aplicáveis. A Amazónia será uma área com especial destaque.

As atividades de migração e desenvolvimento apoiarão o reforço das capacidades e o desenvolvimento institucional e de políticas a nível regional e as iniciativas regionais que promovam os esforços dos governos para intensificar os efeitos positivos da migração no desenvolvimento. A redução da pobreza e a proteção dos direitos humanos dos migrantes e refugiados são fundamentais para as atividades. Além disso, as atividades contribuirão para gerir e facilitar migrações seguras, ordeiras e regulares e contribuirão para soluções duradouras e possibilidades de desenvolvimento para os refugiados e as suas sociedades de acolhimento em conformidade com as prioridades regionais e os pactos globais sobre migração e refugiados. Isto incluirá apoio para melhorar as condições para o emprego produtivo com condições de trabalho dignas, especialmente para migrantes e refugiados, em conformidade com a Agenda do Trabalho Digno e com enfoque no empoderamento económico das mulheres.

A perspectiva do nexos será incorporada nas atividades e os vínculos entre a cooperação para o desenvolvimento a longo prazo, a ajuda humanitária e a construção da paz serão aproveitadas.

A cooperação sueca para o desenvolvimento será adequada e eficaz. As atividades no âmbito e entre as áreas da estratégia devem possuir uma abordagem integrada e sinergias com outras estratégias e outros atores relevantes para o contexto do desenvolvimento. A Suécia promoverá uma coordenação coerente e eficaz do desenvolvimento e da ajuda, procurando obter uma cooperação com atores relevantes. Serão utilizadas soluções financeiras que possam contribuir para estimular outros recursos financeiros.

Sempre que possível, a implementação da estratégia para os três objetivos deverá considerar a possibilidade de contribuir para um desenvolvimento económico inclusivo. A cooperação sueca para o desenvolvimento criará as bases para relações mais amplas entre a Suécia e a América Latina, devendo a cooperação com a base de recursos sueca ser aprofundada. Isto poderá ser conseguido com a criação de condições para empenho através da

colaboração com o setor privado, a sociedade civil e outros agentes de mudança, atores estatais e académicos. O potencial da inovação e transformação digital será aproveitado como uma ferramenta para alcançar os objetivos.